

“A ditadura pegava era só quem era vagabundo”: frutos do golpe de 1964 sobre camponeses norte-mineiros¹

“The Dictatorship Only Caught Those Who Were Vagabonds”: The Fruits of the 1964 Coup on Peasants in Northern Minas Gerais

Luís Fernando de Souza Alves*

<https://orcid.org/0000-0002-8116-3922>

Luiz Paulo Fontes de Rezende**

<https://orcid.org/0000-0001-7044-2152>

Laurindo Mekie Pereira***

<https://orcid.org/0000-0003-1318-1798>

Resumo

A afirmação que *a ditadura militar brasileira só pegava quem era vagabundo* é uma ideia que se ouve por parte de algumas pessoas no Brasil. A partir dessa ideia provocativa, e considerando fontes como jornais, entrevistas, artigos e livros, este artigo busca mostrar como um modelo desenvolvimentista, assentado a partir do golpe militar de 1964, intensificou violências contra camponeses no norte de Minas Gerais. A partir de um olhar para essa região do país, é possível ter conhecimento de que violências e repressões ocorreram contra pessoas do campo e seus apoiadores. Ali, emergiu um coronel, chamado Georgino Jorge de Souza, que encarnou em si intentos do golpe e ditadura militar a partir de 1964. Em e a partir da cidade de Montes Claros, um esquema foi montado, com transações e trocas de serviços beneficiando alguns indivíduos, os quais se aproveitaram de ímpetos do espírito que vinha sendo instaurado na região. Grandes fazendeiros, tendo a cidade montesclarensense como centro de atuação, buscaram ampliar seu poderio e expandir territórios. O referido coronel, simbolizado por seu *10º Batalhão de Polícia Militar*, age despejando

* Mestre em Sociedade, Ambiente e Território pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Teologia pelo Centro Presbiteriano de Pós-graduação Andrew Jumper. Mestrando em Arqueologia das Paisagens Culturais pela Universidad de Jaén e Universidad Internacional de Andalucía. E-mail: luisf3@gmail.com

** Doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Instituto de Ciências Agrárias da UFMG e da Unimontes. E-mail: luizpfrezende@gmail.com

*** Doutor em História pela Universidade de São Paulo/USP. Professor do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, ambos da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: mekie1@hotmail.com

¹ Os autores são gratos pelo apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para o desenvolvimento deste artigo.

posseiros de lugares onde viviam. Para amparar modos de ação assim, uso foi feito de discursos, narrativas e violências, classificando camponeses como comunistas, obstáculos para intenções de grupos sociais que buscavam ampliar suas propriedades territoriais e, com isso, colherem benefícios do governo. Os resultados deste estudo demonstram que, durante a ditadura militar, sob as consequências do discurso militar a favor do avanço econômico, grandes fazendeiros perpetraram violências contra camponeses e seus defensores a fim de terem mais terras e, consequentemente, dinheiro.

Palavras-chave: Camponeses. Coronel Georgino. Ditadura militar. Golpe de 1964. Norte de Minas.

Abstract

The claim that the Brazilian military dictatorship only caught those who were vagabonds is an idea that some people in Brazil hear. Starting from this provocative idea and considering sources such as newspapers, interviews, articles, and books, this article shows how a development model based on the 1964 military coup intensified violence against peasants in the north of Minas Gerais. By looking at this region of the country, it is possible to learn about the violence and repression that occurred against rural people and their supporters. There, a colonel called Georgino Jorge de Souza emerged, who embodied the intentions of the military coup and dictatorship from 1964 onwards. In and from the city of Montes Claros, a scheme was set up, with transactions and exchanges of services benefiting certain individuals who took advantage of the spirit established in the region. Large landowners, with the city of Montes Claros as their center of activity, sought to increase their power and expand their territories. The colonel, symbolized by his 10th Military Police Battalion, acted by evicting the squatters from the places where they lived. To support such actions, discourse, narratives, and violence were used to classify peasants as communists, obstacles to the intentions of social groups that sought to expand their territorial properties and thus reap benefits from the government. The results of this study show that during the military dictatorship, under the consequences of the military discourse in favor of economic advancement, large landowners perpetrated violence against peasants and their defenders to gain more land and, consequently, money.

Keywords: Peasants. Colonel Georgino. Military dictatorship. 1964 coup. Northern Minas.

Introdução

[...] veja bem, quando eu discuto com uma pessoa, digo que foi a época melhor da minha vida, eu estou com 80 anos, foi a época melhor da minha vida [...] Eles falam ditadura como sendo coisada assim, mas não, *eles pegava era só quem era vagabundo mesmo* [...]²

A fala acima, captada a partir de uma entrevista com pessoas idosas no centro da cidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais, mostra uma ideia que se encontra presente em alguns meios da sociedade brasileira, de que a ditadura só foi dura e violenta com pessoas indolentes, transgressoras da lei e comunistas. Essa realidade é assim caracterizada, via de regra, a partir de um olhar em grandes centros urbanos do país, onde existiam grupos mais organizados, combatentes e militantes de oposição veemente contra o poder militar ou simplesmente para caracterizar pessoas que transgridam a lei. Aplicar essa ideia de modo indistinto é algo complicado, pois acaba caindo em simplificação e generalização, uma vez que há muitos registros de arbitrariedades executadas sob os militares, bem como intentos propositais de beneficiar quem andava de mãos dadas com quem estava no poder³.

No caso de trabalhadores do campo, em Minas Gerais, por exemplo, aplicar o dizer de que muitos foram pegos pelos militares porque eram vagabundos constitui uma imprecisão histórica, uma vez que, especificamente no norte desse estado brasileiro, existiram muitos casos de ação na surdina e sob o pretexto de luta contra o comunismo, também conhecida como *anticomunismo*⁴. Além disso, o próprio modelo econômico praticado foi segregador e marginalizou certos grupos sociais. Com a avidez e ânsia de desenvolver economicamente o país, o militarismo acabou escolhendo, seja de modo ativo ou passivo, as pessoas que mais facilmente lhe ajudariam na tarefa de conduzir a nação ao triunfo econômico⁵.

² ALVES, Luís Fernando de Souza; Athayde, André Luiz Mendes. Retratos e recortes montesclarenses: histórias da cidade no período da ditadura militar. *Revista Hydra*, v. 7, n. 13, p. 255, 2023. Ênfase nossa.

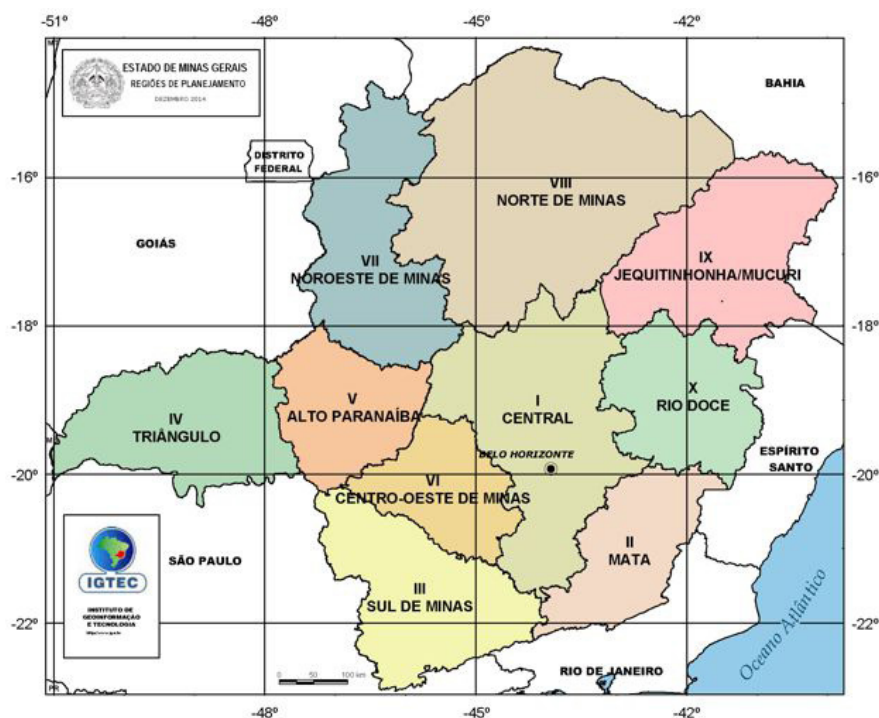
³ ALVES, Luís Fernando de Souza. “*Posseiro bom é posseiro morto*”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

⁴ Anticomunismo diz respeito à postura de indivíduos e grupos que se dedicam a lutar contra o comunismo, seja por palavra ou ação (BERSTEIN, Serge; BECKER, Jean-Jacques. *Histoire de l'anticommunisme*. Paris: Olivier Orban, 1987). O anticomunismo tem como base de atuação uma atitude de recusa ativa contra o comunismo e seus projetos (MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002).

⁵ ALVES, Luís Fernando de Souza. “*Posseiro bom é posseiro morto*”: coronel Georgino e o conflito agrário de

No caso rural norte-mineiro, ao beneficiar grupos da sociedade com mais posses e terrenos, pois mais terra significaria a oportunidade de contrair maiores valores de financiamentos e benefícios do regime, militares acabaram agravando conflitos rurais contra indivíduos do campo, induzindo e apoiando violências contra indivíduos de menor escalão, como o caso emblemático de posseiros⁶ da região de Cachoeirinha, quando houve despejos de posseiros dali, nos anos de 1964 e 1967⁷.

Mapa 1 – Regiões de planejamento de Minas Gerais.



Fonte: MG. *Geografia*. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/geografia>. Acesso em: 05 fev. 2024.

Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

⁶ Neste artigo, os posseiros são pessoas que viveram há gerações em uma terra que era passada de um antepassado a outro, mas sem documentação que pudesse comprovar que ela era sua propriedade.

⁷ ALVES, Luís Fernando de Souza. “*Posseiro bom é posseiro morto*”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

O conflito que aconteceu ali, contra camponeses, é datado de princípios dos anos 1960 e o povoado foi sujeito, durante mais de 15 anos, a maus tratos⁸. A cerca de duzentos quilômetros de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, o povoado atualmente faz parte de Verdelândia. À época dos conflitos, fazia parte do município de Varzelândia. Quando se fala do norte, tem-se em vista a delimitação do estado em dez regiões, seguindo a divisão de 1992 em regiões de planejamento, segundo a *Fundação João Pinheiro*⁹ (cf. Mapa 1).

Por outro lado, e em reação às arbitrariedades e propósitos intencionados desse modelo de desenvolvimento estabelecido no Brasil com o golpe de 1964, movimentos camponeses buscaram se fortalecer e se reunir em batalhas por reconhecimento de direitos e obtenção de terra. Vários foram os casos e exemplos de violações de direitos humanos que se intensificaram no período, ocorrendo de forma sistemática contra trabalhadores do campo e seus apoiadores. A luta dos trabalhadores do campo por reforma agrária foi marcada por tensões sociais e políticas. Há registros de militares que tentaram controlar e suprimir essas ações relacionadas ao meio rural. A ditadura militar no Brasil pode ser caracterizada como um momento em que havia os que governavam e os que integravam o pacto político¹⁰.

Existiram sindicatos que se colocaram contra o modelo que vinha sendo implantado pela ditadura no âmbito político e econômico. Por conta de abusos no campo, o papel de sindicatos ganhou popularidade entre camponeses e buscou colocar em evidência contradições e crescimento de violências¹¹ contra pessoas do meio rural, questões essas resultantes de abusos e quebras de direitos humanos. Esses problemas, bem como disputas por terras, ocorreram via ação pública, sendo tudo intensificado por projetos colocados em prática por militares no fôlego de modernizar o Brasil e seu campo¹².

⁸ COVEMG. *Comissão da Verdade em Minas Gerais*: relatório final. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2.

⁹ DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. *Sociedade & natureza*, v. 33, n. 33, p. 59-77, 2005.

¹⁰ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹¹ Alan Page Fisk e Tage Shakti Rai afirmam que violência é a ação em que o praticante inflige dor, sofrimento, medo, angústia, lesão, mutilação, desfiguração ou morte como o meio intrínseco, necessário ou desejável para fins que se tem em vista. Na teoria da violência virtuosa, esboçada por esses autores, a violência é o dano, sofrimento ou morte que pessoas cometem de propositadamente (FISKE, Alan Page; RAI, Tage Shakti. *Virtuous violence: hurting and killing to create, sustain, end, and honor social relationships*. Cambridge: Cambridge University, 2015).

¹² ALVES, Luís Fernando de Souza. “*Posseiro bom é posseiro morto*”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território)

A *Comissão da Verdade em Minas Gerais*¹³, quando trata do indivíduo do meio rural, sustenta que o mesmo deve ser tratado de modo diferente dentro do contexto ditatorial brasileiro que se instaurou a partir de 1964, por conta de uma exclusão de camponeses em contagens oficiais de vítimas e processos de reparação, o que contribui para que se tenha uma impressão de ausência de conflitos e oposições políticas durante aquele momento. Neste trabalho, as palavras *camponês* e *posseiro*, usadas intercambiavelmente, seguem a definição da *Comissão da Verdade em Minas Gerais* e de Rosely Carlos Augusto¹⁴, isto é, sujeitos, trabalhadores e pessoas do campo que dependem de um modo de ser ligado à terra. São pessoas dependentes desse território para seu desenvolvimento individual e comunitário. É contra elas e seus apoiadores, considerados obstáculos, que agressores dirigiram um padrão de violência, buscando abafar movimentos relacionados a conflitos de terras e reivindicações trabalhistas, recorrendo até mesmo à execução sumária, arbitrária e extrajudicial daqueles indivíduos.

Repressões no campo do norte de Minas Gerais

De 1946 a 1988, disseminaram-se conflitos no campo brasileiro, os quais ainda persistem em diferentes graus e a depender da região. Esses atritos possuem relação com exigências políticas da parte de camponeses quanto ao direito de acesso à terra, direitos trabalhistas, condições de trabalho e acesso ao mercado. Durante a presidência de João Goulart (1961 – 1964), agências estatais responsáveis pela questão agrária foram reorganizadas. Em 1963, cria-se a *Superintendência de Política Agrária* (SUPRA), incorporando o *Instituto Nacional de Imigração e Colonização*, o *Serviço Social Rural* e o *Conselho Nacional de Reforma Agrária*¹⁵. A SUPRA objetivava ativar medidas preparatórias de reforma antes de sua aprovação no Congresso, além de criar condições políticas e institucionais para sua aplicação¹⁶.

– Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

¹³ COVEMG. *Comissão da Verdade em Minas Gerais*: relatório final. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2.

¹⁴ COVEMG. *Comissão da Verdade em Minas Gerais*: relatório final. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2; AUGUSTO, Rosely Carlos. *Aprender na prática*: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão, norte de Minas, nas últimas três décadas. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

¹⁵ BRASIL. *Comissão camponesa da verdade*: relatório final. Violações de direitos no campo. 1946 – 1988. Brasília: CNV, 2014.

¹⁶ CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise do poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. v. 10.

A reação de ruralistas e suas entidades se deveu a projetos de reforma agrária e como resultado da mobilização de trabalhadores rurais que poderiam sinalizar rumo a uma reforma agrária feita às forças, apontando para uma possível ruptura de alianças tradicionais que sustentavam formas de dominação do campo¹⁷. De modo geral, entre 1946 e 1964, o regime democrático não assegurava direitos cidadãos a camponeses. Em vez disso, reprimia suas lutas e organizações. Com o golpe de 1964, garante-se uma persistência de formas de dominação no campo e da estrutura agrária então vigente. De 1964 a 1985, período da ditadura militar, camponeses tiveram a liberdade suprimida, foram perseguidos, agredidos, torturados e mortos. O mesmo ocorreu a advogados, religiosos e jornalistas que os apoiassem. Mesmo entre 1985 e 1988, políticas permissivas de violação de direitos humanos foram mantidas no campo¹⁸.

Quando se trata de repressões no campo do norte-mineiro, observa-se um padrão que acabou sendo colocado em prática. Antes de executar posseiros, fazendeiros e seus jagunços começavam com ameaças e intimidação. Aqueles denunciavam os ocorridos a órgãos públicos, os quais, por sua vez, tendiam a agir com letargia. O que se percebe é que posseiros sofreram consequências de assimetrias de poder¹⁹ em um período de prisões, detenções ilegais, torturas, tratamento vil, abuso de autoridade, perseguições políticas, ameaças e impedimento de acesso à justiça²⁰.

No caso do campo norte-mineiro, violações de direitos humanos são observadas não só na expulsão e expropriação de posseiros de uma determinada terra, mas também por meio de um modelo econômico que foi sendo implantado. No início da ditadura militar, no caso do norte de Minas Gerais, existiam indivíduos que se aproveitavam da impunidade e de alianças com pessoas com influência no e perante o sistema a fim de obterem e expandirem

¹⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

¹⁸ BRASIL. *Comissão camponesa da verdade: relatório final. Violações de direitos no campo. 1946 – 1988*. Brasília: CNV, 2014.

¹⁹ TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos; LIMA, Maryellen Milena de. A política do tempo no desastre: disputas pela reparação no reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, p. 1-22, 2022; SOUZA, Jessé. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll, 2013; FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

²⁰ ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1985; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4; REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

pedaços de terra. Viviam em Montes Claros, mas, a partir dessa base, expandiam seus braços de poder sobre o campo.

Informações do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) (cf. Tabela 1) sobre o crescimento do número de tratores também demonstram uma intervenção na economia para buscar industrializar o país, o que incluiu o setor agrário e sua mecanização. A política modernizadora, também conhecida como *desenvolvimentismo*²¹, impactou o âmbito social ao fortalecer e penetrar o meio agroindustrial e ao majorar a precificação da terra. Por meio de uma transformação da estrutura produtiva da agricultura originada na intensificação da implantação de um parque industrial extenso, movimento que vinha começando nos anos 1950 e que se intensificou ainda mais durante a ditadura, intencionou-se aumentar a velocidade da industrialização, bem como da substituição de importações²².

Tabela 1 – Crescimento no número de tratores em estabelecimentos agropecuários no Brasil (1940 – 1980).

Ano	1940	1950	1960	1970	1980
Período	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Tratores	3.380	8.372	61.345	165.870	545.205

Fonte: Adaptado de IBGE. *Censo agropecuário*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1033>. Acesso em: 24 maio 2023.

Com estímulos e subsídios à produção, a agricultura passou a ser mais e mais incorporada ao processo de acumulação capitalista, produzindo matéria-prima e alimentos, além de ter um papel de mercado para o parque industrial, por conta da aquisição de maquinário e insumos agrícolas²³. Além disso,

²¹ Durante a ditadura militar, o desenvolvimentismo significa fortalecer o papel do Estado e aumentar sua capacidade de intervenção. Questões sociais do país foram negligenciadas a fim de focar meramente no crescimento econômico brasileiro. Entre outros problemas, estão a falta de acesso à terra, bem como ausência de preocupação com questões relativas à distribuição de renda, isto é, a concentração de renda foi agravada (PRADO, Luiz Carlos Delorme. O desenvolvimentismo autoritário de 1968 a 1980. In: BIELSCHOWSK, Ricardo; PRADO, Luiz Carlos Delorme; PAULANI, Leda; LACERDA, Antonio Corrêa de; POCHMANN, Márcio; BACELAR, Tania. *O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras*. Rio de Janeiro: Caixa Econômica Federal, 2011).

²² MARTINE, George (Org.); GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.); SUZIGAN, Wilson (Org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 2002; DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Ícone, 1985.

²³ MARTINE, George (Org.); GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

outra questão observada no período da ditadura é o do aumento de efeitos de uma política de crédito rural subsidiado de modernização do campo, com incentivos fiscais, crédito rural e financiamentos a nível federal e regional que, com o passar dos anos, foram sendo implantados. Ter mais terra poderia significar ter mais acesso a dinheiro via governo²⁴.

Nesse período, a lógica industrial de cidades é alastrada para o meio rural, que é sujeito a um desenvolvimento capitalista, onde parte dos camponeses é proletarizada e tem suas formas de vida alteradas, de modo a perder suas tradições e culturas. Isso ocorreu por meio de um modelo de industrialização que foi economicamente dependente de países centrais desenvolvidos e sem romper com a oligarquia rural brasileira que gerou as novas elites econômicas no país²⁵: “[...] O campo de forças socialmente ativas só fica aberto aos ‘campeões do desenvolvimento’, todos adeptos dos ‘milagres econômicos’ proporcionados pela industrialização da dependência, do subdesenvolvimento e da exploração implacável do povo”²⁶.

Este modelo relegou camponeses a certas funções, fornecendo mão de obra barata para a indústria na cidade, pressionando para baixo o salário em indústrias, produzindo alimento da cidade a baixos preços, além de produzir matérias-primas agrícolas a baixo preço para o setor industrial e para exportação. A implantação de projetos governamentais de desenvolvimento do período, por vezes, trouxe consequências para o norte de Minas Gerais que não tiveram reparação e que fizeram uso de violência, sendo exemplo disso os deslocamentos forçados que existiram no estado mineiro (cf. Gráfico, 1, Gráfico 2 e Tabela 2).

²⁴ ALVES, Luís Fernando de Souza. “*Posseiro bom é posseiro morto*”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

²⁵ STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional. 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

²⁶ FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 84.

Gráfico 1 – Repressão no campo na ditadura militar (Minas Gerais)²⁷.



Fonte: Adaptado de COVEMG. *Comissão da Verdade em Minas Gerais: relatório final*. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2.

Gráfico 2 – Violências no campo na ditadura militar (Minas Gerais).



Fonte: Adaptado de COVEMG. *Comissão da Verdade em Minas Gerais: relatório final*. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2.

Tabela 2 – Cidades de Minas Gerais com o maior número de mortes na ditadura militar.

CIDADE	REGIÃO	MORTOS
Varzelândia	Norte	8
Miradouro	Zona da Mata	7
Porteirinha	Norte	4
Frei Gaspar	Jequitinhonha e Mucuri	3

continua

²⁷ A COVEMG identificou ao menos 109 mortes conectadas a conflitos territoriais, reivindicações de direitos trabalhistas e mobilizações políticas no campo norte-mineiro (COVEMG. *Comissão da Verdade em Minas Gerais: relatório final*. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2).

“A ditadura pegava era só quem era vagabundo”: frutos do golpe de 1964 sobre camponeses...

conclusão

CIDADE	REGIÃO	MORTOS
Malacheta	Jequitinhonha e Mucuri	3
Paracatu	Noroeste	3
Sabinópolis	Rio Doce	3
Santa Maria do Suaçuí	Rio Doce	3
São Domingos do Prata	Central	3
São Francisco	Norte	3

Fonte: Adaptado de COVEMG, *Comissão da Verdade em Minas Gerais*: relatório final. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2.

Portanto, o Estado esteve envolvido de modo direto, indireto e/ou por omissão em violações contra certos grupos de civis, agindo de modo isolado e/ou em conjunto com agentes privados. Entre os responsáveis por atos perpetrados estiveram pessoas cujo dever era o cumprimento da lei, como policiais, além de funcionários em exercício de cargos públicos. Existiram desaparecimentos com participação de agentes do Estado e agentes privados, por meio de uma relação de cumplicidade²⁸. O poder público se omitia ou demonstrava conivência com medidas contra posseiros. Entre agentes privados, estiveram fazendeiros, grileiros, empresas rurais, guardas, jagunços e pistoleiros. Em Minas, a cumplicidade do governo também ocorreu por meio de fraudes cartoriais e esquemas de grilagem de terras devolutas.

A *Fundação Rural Mineira* (RURALMINAS), por exemplo, legitimou terras griladas e desfavoreceu posseiros. No período da ditadura militar, segundo Antônio Inácio Correia²⁹, agricultor e um dos dirigentes do *Sindicato de Trabalhadores Rurais de Januária*, o papel daquele órgão era legalizar a terra. Em momentos de confronto, envolvendo grileiro, reflorestadora e comunidade de camponeses, a RURALMINAS, no caso da fazenda Casa-de-Telha, fez um levantamento, cobrou taxa de medição, mas na hora de dar o título para os posseiros, não o fez. De acordo com Inácio, ele chegou a ir a Belo Horizonte com o recibo de pagamento e eles deram um prazo para resolução da questão,

²⁸ BRASIL. *Camponeses mortos e desaparecidos*: excluídos da justiça de transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

²⁹ CORREIA, Antônio Inácio. In: RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). *História dos gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

mas nunca foram até os camponeses. Em vez disso, a RURALMINAS protegia grileiros e levava empresas para a região, não importando se havia pessoas morrendo no processo que ia trazer empregos e milhões de dinheiro para a região.

Existiram casos de policiais apoiarem fazendeiros. Um exemplo disso é o do coronel do 10º *Batalhão da Polícia Militar*, Georgino Jorge de Souza, contra posseiros de Cachoeirinha³⁰. Também há situações em que o uso da força policial é utilizado para apoiar grileiros por meio de ações ilegais, violências e intimidação contra camponeses e seus defensores, de modo que abandonassem as terras e a causa em que estavam. Plantações, cercas e casas eram destruídas. Os agressores espancavam e detinham posseiros de modo ilegal. Ações ilegais, de violência e sem mandado judicial, eram dirigidas contra indivíduos que eram considerados obstáculos. Omissão e concordância de policiais com os ocorridos aconteciam ao não registrarem boletins de ocorrência, nem investigarem denúncias dos violentados.

Segundo a *Anistia Internacional*³¹, em situações de disputas por terras, é comum ocorrerem diversas violações de direitos humanos. Enquanto camponeses são sujeitos a repetidas e arbitrárias detenções, bem como a maus-tratos e ameaças de execução por policiais e pistoleiros, aqueles que são tidos por responsáveis pela aplicação da lei não respondem a pedidos formais contra atitudes de pistoleiros, nem investigam mortes de camponeses envolvidos em disputas. Como já dito anteriormente, apoiadores de posseiros também sofriam perseguições. Entre eles, estavam sindicalistas e pessoas que prestavam assessorias jurídicas, educativas ou sindicais.

Movimentos de sindicatos eram monitorados e suprimidos pelo autoritarismo da ditadura militar. Órgãos do *Ministério do Trabalho* e órgãos de segurança e informação agiam juntos. Esses trabalhadores rurais têm uma história de exploração e subordinação política a grandes proprietários, bem como constantemente excluídos de direitos políticos e sociais básicos, além de terem dificuldades de preservar sua própria memória social³². A impressão herdada acerca do homem do campo acaba por ser algo construído por vencedores no processo histórico, buscando induzir pessoas a pensarem que

³⁰ ALVES, Luís Fernando de Souza. “*Posseiro bom é posseiro morto*”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

³¹ ANISTIA INTERNACIONAL. *Brasil: violência autorizada nas áreas rurais*. Londres: Índice, 1988.

³² MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

o trabalhador rural era passivo, submisso, cordato, e incapaz de criar e lutar por seus interesses.

Alterações no norte de Minas

Conflitos agrários, de modo geral, podem surgir por conta de ações estatais no sentido de planejamento territorial³³. No Brasil dos anos 1970, houve um renovo de forças pecuárias, por conta das já mencionadas questões de crédito subsidiado, além da abertura de agências bancárias no interior do país, facilitando e incentivando transações. A expansão de crédito e sistema bancário coincide com registros de conflitos entre posseiros e grandes fazendeiros, envolvendo terras comuns e lugares que posseiros transmitiam entre suas descendências, apesar de problemas de documentação³⁴.

Segundo Ferraro Júnior e Bursztyn³⁵, comunidades posseiras foram pressionadas naquela década por conta de: a. pressão ambiental, com a degradação da caatinga; b. pressão política, com leis municipais criadas que obrigaram o cercamento de áreas, com as leis dos quatro fios; c. pressão fundiária, gerada por grilagem de terras; d. pressão econômica, com a valorização das terras; e. pressão técnica, devido a propostas de modernização da agricultura e ampliação da pecuária.

Diante desses fatores, nas décadas de 1970 e 1980, conflitos foram ainda mais intensificados, o que levou à formação de comunidades pastoris, formulação de sua categoria e aumento no número de sindicatos que trabalharam em prol da luta e defesa de interesses de posseiros. O caso norte-mineiro possui uma singularidade específica no contexto de conflitos territoriais, que é a *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste* (SUDENE), a qual, por meio de programas governamentais, enviou recursos para a área conhecida

³³ ALCÂNTARA, Denilson Moreira de; GERMANI, Guiomar Inez. A produção do espaço a partir da resistência. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2004, Goiânia. *Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia no século XXI*, 2004; RAZAC, Olivier. *Barbed wire: a political history*. New York: The New, 2002; CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005; DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Common: on revolution in the 21st century*. London: Bloomsbury, 2019; ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989; GALIZONI, Flávia Maria. *A terra construída*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, 2000.

³⁴ ALVES, Luís Fernando de Souza. “*Posseiro bom é posseiro morto*”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

³⁵ FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio Ferraro; BURSZTYN, Marcel. Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos fundos de pasto. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, p. 395, 2010.

como *Polígono das Secas*, da qual o norte de Minas faz parte. Foi dentro dessa área que também se observou um avanço na ocupação de cerrados brasileiros, devido à expansão de relações capitalistas no campo³⁶.

A cosmovisão militar, à época, era ocupar lugares julgados vazios de economia e pessoas, como a Amazônia e cerrados. No caso deste último, seus solos eram considerados estéreis, mas com topografia ideal para mecanizar o campo. Investimentos, portanto, foram direcionados para tecnologias que tornassem esses lugares produtivos, propiciando produtos para a pauta de exportação brasileira, como grãos, café e cana. Com esse espírito desenvolvimentista, povos de cerrados, como os do norte de Minas, foram julgados pelo poder dominante como pobres, analfabetos e cheios de doenças e verminoses³⁷.

Esse modelo de desenvolvimento não considerou a diversidade de locais e de populações, como camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, coletores e outros que ali viviam há séculos³⁸. Privilegiando grupos julgados com chances de trazerem maior contribuição a propósitos de militares, como setores industriais e agroindustriais, a modernização da região, investimentos públicos e financiamentos subsidiados foram colocados em prática. Entre os beneficiados pelo modelo adotado estavam projetos pecuários, de irrigação, de reflorestamento de monocultura, estímulo à monocultura do algodão e aqueles que disseminavam práticas agrícolas consideradas, à época, avançadas³⁹.

Até os anos de 1970, a base produtiva norte-mineira estava fortemente baseada em uma pecuária extensiva, praticada em terrenos tidos como mais férteis e com morros com caatinga. A economia também era conhecida por seu comércio e agricultura de subsistência, que produzia milho, feijão, cana, mandioca e arroz. Era uma produção ligada a pequenos animais, para

³⁶ ALVES, Luís Fernando de Souza. “*Posseiro bom é posseiro morto*”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

³⁷ ALVES, Luís Fernando de Souza; ATHAYDE, André Luiz Mendes; Ribeiro, Eduardo Magalhães. Avanços e desafios da abordagem territorial de programas de desenvolvimento econômico e social. In: COUTO, Felipe Fróes (Org.); CRUZ, Júnio Matheus da Silva (Org.); FARIAS JÚNIOR, Teddy Marques (Org.); SILVA, Vitória Dreide Xavier Araújo. *Caminhos do desenvolvimento*. Montes Claros: Unimontes, 2024. v. 1; LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos Alberto. (Org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: CAA, 2000.

³⁸ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaquais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto*: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: UFAM, 2006; RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). *História dos gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

³⁹ RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; CALIXTO, Juliana Sena; ASSIS, Thiago de Paula; AYRES, Eduardo Barbosa; SILVESTRE, Luiz Henrique. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 7, n. 2, p. 77-99, 2005; RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). *História dos gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

abastecer a região. Com o desenvolvimentismo excludente, povos locais foram penalizados. Elites propagavam uma narrativa de que a região era atrasada e padecia com pobreza por causa de secas. Sustentavam que o desenvolvimento liderado por elas resolveria problemas ligados ao isolamento econômico da região⁴⁰.

Diferente disso, a agricultura familiar tradicional foi abalada. Abismos sociais e econômicos se agravaram. Recursos naturais, como água, solos e biodiversidade, foram deteriorados⁴¹. Além da marginalização política, vieram supostas inovações, a partir de cidades, que alteraram sociedades camponesas. Na América Latina, programas desenvolvimentistas com foco na tecnologia foram praticados a partir da agricultura moderna como matriz, sem atender às necessidades de camponeses locais, sem potencializar o aproveitamento de sistemas agrícolas e ecológicos⁴².

Nesse contexto, a pecuária extensiva foi um dos setores incentivados. Poucos proprietários tiveram acesso a crédito subsidiado para modernização de suas fazendas e implantação de pastagens melhoradas, construção de instalações e de cercas, bem como aquisição e melhoramento de rebanhos. Fazendeiros que utilizaram tais financiamentos subsidiados cercaram propriedades e tiraram pessoas que viviam ali antes⁴³, como agregados ou posseiros⁴⁴. Com isso, rompe-se uma solidariedade vertical entre grandes proprietários, agregados e posseiros.

Os proprietários passaram a optar por uma relação entre seus iguais⁴⁵. O despejo de camponeses de zonas rurais contribui para o esvaziamento do campo e aumento demográfico de cidades do norte de Minas, sendo Montes

⁴⁰ LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos Alberto. (Org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: CAA, 2000; PEREIRA, Laurindo Mekie. Comunidade versus “desenvolvimento”: ensaio sobre a história do norte de Minas. In: ESTIVIL, Jordi; Balsa, Casimiro (Org.). *Economia local, comunitária e solidária: o desenvolvimento visto de baixo*. Famação: Húmus, 2022.

⁴¹ CORREIA, Antônio Inácio; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; AYRES, Eduardo Charles Barbosa. *História da peleja do sindicato de trabalhadores rurais de Januária contra os grileiros e as grandes empresas*. Minas Gerais: Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos, 2010. Cartilha; RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). *História dos gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

⁴² DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

⁴³ Para um panorama, desde o Brasil colônia, sobre esses posseiros e de onde vieram, sugere-se a leitura deste artigo: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio Ferraro; BURSZTYN, Marcel. Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos fundos de pasto. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, p. 385-400, 2010.

⁴⁴ FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio Ferraro; BURSZTYN, Marcel. Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos fundos de pasto. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, p. 385-400, 2010.

⁴⁵ COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro (Org.). *Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas: considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997

Claros um desses exemplos. Isso reflete um contexto de mudanças urbanas e sociais, de imigração e pobreza. A partir dos anos 1960, graças a recursos financeiros, facilidades fiscais e acesso grátis a terras, existiram empresas reflorestadoras que se instalaram naquela região do estado⁴⁶.

A princípio, com a vinda de firmas, houve euforia. Políticos locais, técnicos de instituições públicas e gerentes de banco falavam de um grande futuro, que a região seria mais produtiva, que empregos e rendas seriam gerados, e que um desenvolvimento se faria presente. A propaganda era que todos sairiam vencedores⁴⁷. À época, o acesso à terra também aconteceu via compra de direitos de posse de posseiros. Por conta de limites imprecisos de áreas ocupadas por posseiros, além da extensão e descontinuidade da apropriação, empresas tomaram proveito da situação para cercar grandes áreas, sem a preocupação de que famílias viviam ali⁴⁸.

A nível federal e estadual, o governo distribuía sua generosidade a grandes empreendimentos, enquanto que, para pequenos agricultores, era implacável. No censo de 1985 do IBGE, observa-se que terras municipais ficaram mais concentradas que na década anterior⁴⁹. A modernização da agricultura, com a monocultura de eucalipto e pecuária extensiva, marginalizou ainda mais a agricultura camponesa. A RURALMINAS, em processos de regularização de posses de posseiros, só reconheceu como posse territórios fechados de quintais e roças, sem incluir a ocupação comunal e descontínua de terras de solta, manejadas há séculos por camponeses.

Falar de violações no meio rural mineiro, durante a ditadura militar, envolve considerar ações desenvolvimentistas de um Estado centralizador. Essas ações estatais, juntas com interesses de fazendeiros e grandes empresas, levaram a uma concentração fundiária. O Estado respaldou e praticou a expulsão de posseiros de terras onde habitavam, sendo empurrados cada vez mais para centros urbanos ou colocados sob modos precários de trabalho

⁴⁶ ALVES, Luís Fernando de Souza. “*Posseiro bom é posseiro morto*”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

⁴⁷ OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene; CARDOSO, José Maria Alves; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org.). *Formação social e econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000.

⁴⁸ CORREIA, Antônio Inácio; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; AYRES, Eduardo Charles Barbosa. *História da peleja do sindicato de trabalhadores rurais de Januária contra os grileiros e as grandes empresas*. Minas Gerais: Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos, 2010. Cartilha; RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). *História dos gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

⁴⁹ ALVES, Luís Fernando de Souza. “*Posseiro bom é posseiro morto*”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

em fazendas. Ações de grileiros contra posseiros e conflitos provenientes de tentativas de expulsão são questões disseminadas no estado.

Apesar dessas questões, também houve um aumento na organização de trabalhadores contra esses processos, o que ocorreu por meio da formação de ligas, associações e sindicatos em lugares de Minas Gerais. Logo a perseguição foi estendida a sindicatos, líderes camponeses, manifestações públicas trabalhistas e reivindicações por reforma agrária. A implantação de um modelo modernizador e de mecanização da produção rural, associando-a a modelos capitalistas desenvolvimentistas, além de alianças com empresas de agricultura e a abertura de empreendimentos com auxílio de investimentos estrangeiros, prejudicou ainda mais a vida de posseiros⁵⁰.

Na mira da ditadura

Durante a ditadura militar brasileira, uma das mais conhecidas histórias de violências, arbitrariedades e despejos no meio rural, contra posseiros do norte de Minas foi aquela ocorrida em Cachoeirinha. O agente do Estado que ficou mais conhecido por atuar nesse caso foi o já referido coronel Georgino. Município de Varzelândia, à época da ditadura, Cachoeirinha era considerada um lugar infestado por comunistas. Houve esforços no sentido de instaurar um medo do comunismo, mesmo que pessoas mais comuns não soubessem do que se tratava aquilo. A solidariedade e união existentes entre posseiros eram tomadas como sinal demarcador de que eram comunistas⁵¹.

A conjuntura prejudicava posseiros e favorecia ruralistas que apoiavam o golpe militar. Enquanto os últimos se colocavam como vencedores na luta contra o comunismo, os camponeses eram considerados comunistas e subversivos. No caso de Cachoeirinha, Georgino Jorge, conhecido também por ter sido comandante do *10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros*, defendeu interesses pessoais e de outros grileiros⁵². Em cumprimento de uma ordem de despejo que, de modo incomum, saiu rapidamente, emitida por um juiz de paz conhecido como Juquinha da Ponte, da cidade de São João da Ponte,

⁵⁰ COVEMG. *Comissão da Verdade em Minas Gerais*: relatório final. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2.

⁵¹ CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no norte de Minas. *Revista Verde Grande*: geografia e interdisciplinaridade, v. 1, n. 3, p. 98-107, 2006.

⁵² ALVES, Luís Fernando de Souza; ATHAYDE, André Luiz Mendes. Retratos e recortes montesclarenses: histórias da cidade no período da ditadura militar. *Revista Hydra*, v. 7, n. 13, 2023.

posseiros, em sua maioria composta por negros⁵³, sofreram violências por parte do coronel que também era negro.

Em 1967, sob comando da *Polícia Militar* de Minas Gerais, jipes da corporação foram mobilizados para destruir casebres, os quais, posteriormente, eram queimados, junto de posses de camponeses. Em Cachoeirinha, os despejados passaram a viver do outro lado do rio Verde, acampados debaixo de árvores, apenas com a roupa do próprio corpo. Terras onde viviam antes foram passadas para fazendeiros da região, sendo Georgino um deles, que também atuou como advogado e executor da ordem de despejo. Também, no município de Varzelândia, surge a história de um indivíduo chamado Salustiano Gomes Ferreira, mais conhecido como Saluzinho.

Em uma madrugada do mês de outubro de 1967, em entrevista a Luiz Antônio Chaves, o camponês⁵⁴ afirma que, por volta de cinco da manhã, estava levantando, quando ouviu um barulho de animal e alguém que chamava do lado de fora da casa. Saluzinho conta que abriu a porta um pouco e olhou. Eram homens a cavalo e o que estava na frente perguntou se era ele o Saluzinho, ao que replicou, dizendo que era. O camponês conta que só ouviu o barulho e logo pulou para trás. Por conta dos tiros, a porta ficou esvaçalhada.

Ele pegou sua garrucha de dois canos que estava atrás da porta, usada para emergências, e atirou, acertando dois indivíduos, cada um com um tiro. Com o revólver de um dos agressores caindo perto dele, ele aproveitou para usá-lo para afastar aqueles indivíduos. Os homens baleados por Saluzinho foram João Brejeiro, um pistoleiro e empregado de fazendeiro, e o Cabo Barral, policial militar. Depois desse ocorrido, tendo tido a oportunidade de sair dali, Salustiano ficou em uma gruta das proximidades, a fim de se defender de outro ataque, a conselho de outros posseiros.

Menos de 24 horas depois, registra Chaves⁵⁵, aquele grupo volta à casa, com fardas da *Polícia Militar* e mais armados. Os policiais prenderam posseiros, afirmando que se tratavam de subversivos. Alguns foram espancados por não terem informação do paradeiro de Salustiano. Dezesseis camponeses

⁵³ A questão de ele ser negro e ter agido com violência para com os seus de cor não passa despercebida. O nome da cidade em que foi criado, Caetitê, pela qual demonstra tanto amor e saudosismo, também é curioso, uma vez que a fazenda que construiu, sobre terras de posseiros que expulsou, leva o mesmo nome (SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado de polícia*. Montes Claros: Silveira, 1996. cf. p. 64-65).

⁵⁴ SALUZINHO *apud* CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no norte de Minas. *Revista Verde Grande: geografia e interdisciplinaridade*, v. 1, n. 3, p. 98, 2006.

⁵⁵ CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no norte de Minas. *Revista Verde Grande: geografia e interdisciplinaridade*, v. 1, n. 3, p. 98, 2006.

foram levados para o 10^o Batalhão de Montes Claros. Mulher e filhos de Saluzinho estavam na casa de um vizinho quando foram encontrados. Na presença dos filhos e de posseiros, com o intuito de extrair informações sobre o desaparecido, indivíduos despiram e penduraram a mulher de Saluzinho de cabeça para baixo, em um pé de umbuzeiro, açoitando-a com uma vara de feijão andu até sangrar, enquanto os filhos pequenos foram obrigados a comer terra misturada com feijão.

Como não conseguiam informações, queimaram os bicos dos seios da mulher com cigarro e enfiaram uma vara em seu ânus⁵⁶. Um posseiro, não aguentando presenciar aquilo, contou onde estava o homem. Era 17 de novembro de 1967 quando jagunços do fazendeiro Oswaldo Alves Antunes, ligado a elites montesclarenses, e policiais foram, sem mandado judicial, para expulsar Saluzinho daquele território. Antunes também era advogado e proprietário do periódico *O Jornal de Montes Claros*. Para concretizar interesses pessoais, também fazia uso desse meio de imprensa, divulgando um discurso de que o comunismo avançava por aquela região⁵⁷. Agora, voltando ao camponês, quando foi para a gruta, levou consigo a garrucha, um revólver 38 e duas espingardas⁵⁸.

Chegando ali, policiais atiravam contra ele, o qual revidava. Com um militar ferido, policiais colocaram gasolina dentro da gruta e fogo, o que não surtiu o efeito desejado de fazer o posseiro sair dali. Com reforço policial de Montes Claros, bananas de dinamite foram empregadas na tentativa de explodir a gruta, o que deixou o posseiro com alto nível de surdez pelo restante da vida. Apesar dos explosivos, ele não saiu da gruta⁵⁹. Então, o *Departamento de Ordem Política e Social* (DOPS) enviou uma força especial de quarenta homens com o objetivo de prender o camponês.

Essa história, por conta de suas dimensões, chegou em São Paulo. Uma publicação no jornal *O Estado de São Paulo* traz um relato diferente. Isso traz à tona a discussão histórica acerca de diferentes narrativas e disputas históricas. Diferentes narrativas enfatizam diferentes óticas. Nisso, humanos

⁵⁶ ALVES, Luís Fernando de Souza; ATHAYDE, André Luiz Mendes. Retratos e recortes montesclarenses: histórias da cidade no período da ditadura militar. *Revista Hydra*, v. 7, n. 13, 2023.

⁵⁷ DAYRELL, Carlos Alberto; CESAR, Fabiano Cordeiro; FERNANDES, Cristina Rodrigues; SANTOS, Lilian Maria. O sertão rebelde: impactos socioambientais da ditadura civil-militar no norte de Minas Gerais. In: VI CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018.

⁵⁸ ZANGELMI, Arnaldo José; QUELER, Jefferson José. “O latifúndio é o Diabo”: apontamentos sobre a inusitada trajetória de Saluzinho. *Tempo*, v. 27, n. 3, p. 606-628, 2021.

⁵⁹ CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no norte de Minas. *Revista Verde Grande: geografia e interdisciplinaridade*, v. 1, n. 3, p. 98, 2006.

podem criar, retirar, acrescentar, omitir, aumentar, diminuir e/ou mentir sobre algo⁶⁰. Aqui, a intenção não é postular qual narrativa deve ser seguida, mas refletir sobre ambas, mostrando que diferentes lados apontam diferentes questões sobre uma mesma situação.

A primeira reportagem do referido jornal, de 22 de novembro de 1967, traz letras garrafais e em negrito para o título, dizendo que um **“Invasor de terras é cercado pela polícia”**, além de trazer três subtítulos da matéria em caixa alta, os quais dizem: “INVASÃO DE TERRAS; BALA NA CABEÇA; SUBVERSÃO”⁶¹. Saluzinho é visto como um invasor armado com três espingardas, uma pistola, um revólver e várias facas, resistindo ao cerco de quinze soldados da Polícia Militar de Minas Gerais, há três dias. A matéria diz que o camponês estava escondido em uma gruta perto de Serra Azul, a duzentos quilômetros de Montes Claros, depois de chefiar uma invasão de terras na região e ferir quatro policiais que buscaram prendê-lo.

Ainda, segundo a polícia, Saluzinho é perigoso e age em obediência a ordens de Pedro Laurentino, um agitador profissional que já fez parte da SUPRA. Segundo relato policial, tudo começou por conta de, no último dia 13, Saluzinho e mais quatro homens, todos armados, invadiram a fazenda de Osvaldo Antunes, controlando a fazenda e obrigando o capataz a abandoná-la. O proprietário da fazenda avisou a polícia e o delegado de Montes Claros enviou três homens para que investigassem o caso pessoalmente. Chegando à fazenda, eles foram recebidos a tiros. Diante disso, o comandante do 10º *Batalhão* enviou quinze soldados. Sabendo disso, Saluzinho juntou mais catorze homens, preparando uma armadilha para os militares. Não houve tiroteio, pois muitos abandonaram o camponês, que se escondeu na casa da fazenda, junto de um capanga.

Quando o tenente, Petrônio, intentou invadir sozinho a casa, ele levou “[...] dois balancos na cabeça [...] [ficando] em estado grave no Hospital Militar”⁶². O ferimento desse comandante da operação teria desnortado outros soldados, tornando possível a fuga dos dois camponeses para uma gruta situada na fazenda. Assim, o comando foi assumido por José dos Santos, um capitão que ordenou cercar a gruta, obrigando o capanga a se render. Ademais, é dito que Saluzinho já tinha várias mortes no Paraná e estava disposto a

⁶⁰ ALVES, Luís Fernando de Souza. *O começo do começo: cosmogonias do Antigo Oriente Próximo*. 2022. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2022.

⁶¹ SUCURSAIS BH/POA. Invasor de terras é cercado pela polícia. *O Estado de São Paulo*, p. 5, 22 nov. 1967.

⁶² SUCURSAIS BH/POA. Invasor de terras é cercado pela polícia. *O Estado de São Paulo*, p. 5, 22 nov. 1967.

resistir, mesmo que isso lhe custasse a vida. Àquela altura, indivíduos que ajudaram o camponês na invasão de terras estavam presos em Montes Claros, com os seguintes nomes sendo listados: Pedro Neri de Novais, José Fonseca Neri, José Ângelo Sobrinho, Carlos Fonseca Neri, João Antônio de Oliveira e Manoel Marques.

O delegado de Montes Claros, afirma a matéria, entende que a invasão de terras é algo grave naquela região, cujos meios de comunicação são precários, favorecendo a atuação de agitadores. Todos os dias, posseiros derrubam cercas construídas por fazendeiros da região e vice-versa, questão essa que piora o conflito entre as duas partes. A matéria termina afirmando que, de acordo com o referido delegado, a prisão de Saluzinho afastaria novos focos de subversão. Dois dias depois da publicação anterior, *O Estado de São Paulo*, em outra edição, transmite a informação de que autoridades policiais montesclarenenses ficaram surpresas com a resistência física do pistoleiro, que aguentou gases de bombas lançadas na gruta por três dias.

“Interrogado durante a noite de ontem, Saluzinho contou que não se entregou antes porque pensava estar sendo perseguido por jagunços”⁶³. Após se entregar, foi colocado em uma caçamba de caminhão, que circulou por Montes Claros. Depois, no *10º Batalhão*, o posseiro ficou sentado em uma cadeira a contar sua história. Em uma cela do batalhão, ele permaneceu por aproximadamente quatro meses, sendo considerado um subversivo⁶⁴. Depois, ele ficou preso em Belo Horizonte. Ali, um pedido de *habeas corpus* em seu favor foi negado por um desembargador, chamado Laire Santos, que tinha sido juiz de direito em Montes Claros e amigo do fazendeiro Oswaldo Antunes⁶⁵.

A intenção da polícia era exibir o criminoso mais perigoso do norte de Minas que prenderam⁶⁶, comunicando um discurso típico da ditadura militar de luta contra o comunismo⁶⁷. Após sair do cárcere, Saluzinho passou a viver escondido, apesar de ter sido inocentado de acusações⁶⁸. Sua esposa, Dulce

⁶³ SUCURSAL BH. Resistência de invasor surpreende. *O Estado de São Paulo*, p. 5, 24 nov. 1967.

⁶⁴ ALVES, Luís Fernando de Souza. “*Posseiro bom é posseiro morto*”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

⁶⁵ CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no norte de Minas. *Revista Verde Grande: geografia e interdisciplinaridade*, v. 1, n. 3, p. 98, 2006.

⁶⁶ COVEMG. *Comissão da Verdade em Minas Gerais*: relatório final. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2.

⁶⁷ CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no norte de Minas. *Revista Verde Grande: geografia e interdisciplinaridade*, v. 1, n. 3, p. 98, 2006.

⁶⁸ MIRANDA, Bernardo. Saluzinho, o herói assustador que resistiu ao cerco militar. *O Tempo*, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/saluzinho-o-heroi-assusta>

Gonçalves Pereira, ou Dúlcia Gonçalves de Araújo, a depender da documentação, morreu com 42 anos, meses depois da soltura do marido, por conta de sequelas de torturas a que foi submetida⁶⁹.

Criando justificativas para legitimar práticas

Na formação militar, há princípios que podem influir sobre o modo de ser de quem a experimenta. A partir de um tratamento violento recebido durante a academia militar, um policial, por exemplo, pode reproduzir um tipo similar de conduta a subalternos e civis. A racionalidade de violência que existe na vida militar carrega questões como controle de condutas, submissão, hierarquia, regras, ordem, disciplina e comando⁷⁰. No caso do coronel Georgino, além de ter passado por uma formação militar, ele também teve um pai militar rígido e exigente, o que certamente teve papel em sua vida, em se tratando desse tipo supramencionado de racionalidade militar. Há uma violência considerada virtuosa por militares, algo que também é observado em sua autobiografia⁷¹.

Policiais geralmente são mais expostos a violências e situações perigosas⁷², pontos esses que podem afetar a dimensão psicológica⁷³, contribuindo para que indivíduos ajam de maneiras que não se sintam culpados⁷⁴. Em toda cultura há aqueles que pensam que prejudicar ou matar outros é algo lícito, que a violência contra determinadas pessoas é louvável. Com isso em vista, Fiske e Rai⁷⁵ sustentam que, para prevenir e reduzir a violência, é necessário

dor-que-resistiu-ao-cerco-militar-1.1554577. Acesso em: 25 mar. 2022.

⁶⁹ CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no norte de Minas. *Revista Verde Grande: geografia e interdisciplinaridade*, v. 1, n. 3, p. 98, 2006.

⁷⁰ MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. O poder disciplinar das organizações formais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 21, n. 4, p. 33-41, 1981; RAMOS, Guerreiro. A sociologia de Max Weber: sua importância para a teoria e a prática da administração. *Revista do Serviço Público*, v. 57, n. 2, p. 267-282, 2006; TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 2006; LHUILIER, Dominique. Trabalho. *Psicologia & sociedade*, v. 25, n. 3, p. 483-492, 2013.

⁷¹ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado de polícia*. Montes Claros: Silveira, 1996.

⁷² JENKINS, Emily; ALLISON, Penelope; INNES, Kim; VIOLANTI, John; ANDREW, Michael. Depressive symptoms among police officers: associations with personality and psychosocial factors. *Journal of police and criminal psychology*, v. 34, n. 1, p. 66-77, 2018.

⁷³ DIAS, Cledinaldo Aparecido; SIQUEIRA, Marcos Vinicius Soares; FERREIRA, Leonardo Borges. Socio-clinical analysis of the work context and its relationship with the mental illness of military police officers in the Federal District. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 21, n. 1, p. 1-13, 2023.

⁷⁴ OVEJERO BERNAL, Anastasio. *El aprendizaje cooperativo crítico: mucho más que una eficaz técnica pedagógica*. Madrid: Pirámide, 2018.

⁷⁵ FISKE, Alan Page; RAI, Tage Shakti. *Virtuous violence: hurting and killing to create, sustain, end, and*

levar em conta suas raízes morais, já que a maior parte da violência é motivada moralmente.

Para esses autores, *moral* é empregado no sentido do que humanos sentem, pensam e acreditam ser moral. São suas motivações morais, percepções de obrigações e compromissos. A violência é considerada moral para quem a pratica. Portanto, é *moral* de maneira descritiva, não prescritiva. Geralmente, sentimentos morais de perpetradores condizem com sentimentos e julgamentos de suas comunidades culturais. Em Georgino, juízo moral, juízo pessoal e violência por ele considerada virtuosa são questões nítidas quando ele fala que odeia ladrões e estupradores. Em seu livro, ele mesmo indica que sua fama entre as pessoas era como maligno e truculento⁷⁶.

O coronel acreditava estar lutando por uma boa causa. No conceito de violência virtuosa, quem a pratica pode acabar por ser cego para sua própria violência, pois a vê como algo que, pessoal e moralmente, é correto. Na ditadura militar brasileira, era comum a existência de agentes que perpetraram práticas de mal banal e violências por eles consideradas virtuosas e necessárias. Parte da explicação para isso é o fato de esses militares terem sofrido e praticado violências durante sua vida no ofício, violências essas consideradas por eles como dignas, virtuosas e necessárias para o cumprimento da função⁷⁷.

Existe uma desresponsabilização em discursos militares do período quanto a modos de ação violentos. Vocações, cumprimento do dever e amor à pátria são utilizados como justificativas pelo coronel Georgino, que afirma que estava limpando a pátria de toda corrupção, estando disposto, com seus subordinados, a pagar qualquer preço para impedir que bandidos comunistas tornassem o Brasil uma outra Cuba⁷⁸. O modo de agir, que era virtuoso para esse militar, é visto como não virtuoso na ótica de posseiros, uma vez que um deles afirma que, violentamente, ele chegou com policiamento, colocou todos para fora, queimou casas e matou pessoas⁷⁹. Segundo uma camponesa, ele era

honor social relationships. Cambridge: Cambridge University, 2015.

⁷⁶ SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado de polícia*. Montes Claros: Silveira, 1996.

⁷⁷ CASTRO, Jeferson Martins de. “A violência virtuosa” e a construção do militar torturador no Brasil: um retrato sociológico. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, 2022; ARENDT, Hannah. *Eichmman em Jerusalém*: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

⁷⁸ SOUZA, Georgino Jorge de *apud* ALVES, Luís Fernando de Souza; ATHAYDE, André Luiz Mendes; BICALHO, Lucas Matheus Araujo; COSTA, Daniely Santos Ramos. Dictatorship, Industry, and Colonel: Land Taking in the North of Minas Gerais, Brazil. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO, 2023, Montes Claros. Anais. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2023; SOUZA, G. J. *Reminiscências de um soldado de polícia*. Montes Claros: Silveira, 1996.

⁷⁹ BARBOSA, Adão Alves *apud* SANGULARD, Fernanda Nalon; CAMISASCA, Marina Mesquita. Os despejos de

o pior capataz que pisou ali na região e que quem não tinha terra era chamado por ele de *cachorro* e que se algum desses *cachorros* passasse na fazenda dele, a ordem era matar um por um⁸⁰.

A violência, considerada virtuosa para indivíduos como ele, servia para justificar a prática do mal⁸¹. Essa perversidade burocrática é utilizada para demover de si a responsabilidade pessoal⁸². Dentro das justificativas para praticar a violência estava o anticomunismo, como já visto na fala do coronel sobre a cubanização do Brasil. O medo proveniente da ameaça ou perigo comunista era usado para justificar uma contraofensiva que combatesse o que fosse tido como parte do projeto revolucionário. Esse sentimento anticomunista, afirma Rodrigo Patto Sá Motta⁸³, nasce do medo e da insegurança, e manifestações contra o comunismo. Comumente, é uma preocupação de algum grupo privilegiado.

No caso de Georgino e outros grandes fazendeiros, o anticomunismo foi instrumentalizado e manipulado para consumir objetivos que não o de combater comunistas, como obter terras e reprimir movimentos populares camponeses, mantendo inalterado o status quo. Mesmo que acreditassem em um perigo comunista, há um elemento oportunista, para tomar proveito da situação por meio de um discurso. Perante a sociedade, o risco comunista era transmitido como que real, pessoas eram levadas a crer que comunistas tinham uma força que os tornava inimigos temíveis. A motivação anticomunista envolve, portanto, uma mistura entre instrumentalização ou manipulação e convicção transmitida. Assim, o anticomunismo foi um dos argumentos para justificar e realizar modos de ação autoritários.

Para a prática da violência, havia uma tentativa de tratar posseiros como ninguém, não humanos, destituídos de direitos, ou seja, eles são redefinidos, à semelhança de judeus no holocausto⁸⁴, enquadrados em uma categoria de não ser, de modo que práticas sejam legitimadas contra eles. Segundo

Cachoeirinha e a luta por terra no período da ditadura militar. *História Unisinos*, v. 24, n. 2, 2020.

⁸⁰ SILVA, GERALDA LOPES DA *apud* SANGLARD, Fernanda Nalon; CAMISASCA, Marina Mesquita. Os despejos de Cachoeirinha e a luta por terra no período da ditadura militar. *História Unisinos*, v. 24, n. 2, p. 330, 2020.

⁸¹ CASTRO, Jeferson Martins de. “A violência virtuosa” e a construção do militar torturador no Brasil: um retrato sociológico. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, 2022.

⁸² ARENDT, Hannah. *Eichmman em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

⁸³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

⁸⁴ ŽIŽEK, S. Are we in a war? Do we have an enemy? *London Review of Books*, v. 24, n. 10, 2002.

Giorgio Agamben⁸⁵, trata-se da vida indigna de ser vivida, a politização da vida, a decisão do limite além do qual a vida deixa de ser politicamente relevante, sendo apenas vida sacra, a qual pode ser impunemente eliminada. Toda sociedade tem esse limite e decide quais seres são os seus humanos sacros.

Esse conceito de *homo sacer* (*humano sagrado*) aparece no direito romano para se referir a um indivíduo que pode ser morto, mas não sacrificado. Portanto, sacro negativamente, é uma vida amaldiçoada, podendo ser assassinada por qualquer pessoa, sem qualquer penalização da lei e dos deuses. Normalmente, esse *homo sacer* é réu isolado da coletividade, porque cometeu algo considerado delito contra uma pessoa da coletividade. Segundo Zygmunt Bauman⁸⁶, a sociedade os vê como refugo, não podem ser reconhecidos, não têm permissão para ficar em um meio, são resultado da modernização, um efeito do qual não se pode escapar de uma dita construção da ordem, onde partes da população são rotuladas como deslocadas, inaptas ou indesejáveis.

Também, esse modo de pensar e agir é uma consequência do suposto progresso econômico, que valoriza determinadas vidas, enquanto degrada e desvaloriza outras. Por essas questões, a vida de um *homo sacer* não tem valor, digno é matar quem é assim categorizado, porque sua existência é inútil e um peso para a sociedade. Matar um humano considerado sagrado não é crime, não é sacrilégio, mas mantê-lo vivo sim. O *homo sacer* não é nem definido por um conjunto de leis positivas e nem porta direitos humanos, então tudo é permitido contra eles⁸⁷.

Considerações

Com o golpe da ditadura militar brasileira tendo sido dado, um novo modelo de governo e uma nova mentalidade foram instaurados. Sob um discurso e pretexto de avanço, violências propositadas foram perpetradas contra grupos de brasileiros. Essas ações ocorreram a nível federal, estadual e local, alcançando diferentes indivíduos da sociedade de diferentes modos. Alguns se beneficiaram com o modelo instaurado, enquanto outros sofreram e foram lesados. O modelo econômico focado no desenvolvimento afetou campo e cidade, alcançou com seus tentáculos fragilizados que estavam em seu caminho.

⁸⁵ AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

⁸⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 12. Ênfase do autor.

⁸⁷ BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

No campo brasileiro norte-mineiro, há uma busca por um processo político e social de invisibilização de lutas camponesas. O Estado, que promove a dita modernização, violou direitos desse grupo por meio de omissão, conluio e acobertamento de ações. Articuladamente, agentes do Estado e agentes privados violaram direitos humanos de camponeses e seus apoiadores. Existiram desaparecimentos, torturas, ocultação de cadáveres, mortes, despejos, prisões, violências, exílios, ameaças e destruições de bens de camponeses, que sofreram nas mãos de milícias privadas, jagunços, pistoleiros e outros.

Anos depois, o país expressa ações tímidas em se tratando de reparações e juízos de crimes. É inegável que houve um impacto de políticas públicas que foi de encontro com a população rural do período. Tratar dessas questões deve implicar responsabilização de pessoas que violaram direitos de outras pessoas. Trazer esse período obscuro da história brasileira à tona deve gerar reflexões e denúncias de que essa história do país, incluindo o presente, está assentada sobre pessoas assassinadas, torturadas e perseguidas. É uma discussão relacionada ao respeito à dignidade humana, de modo a sensibilizar hoje sobre um caminho futuro que não pode abrir mão da reconciliação com o passado e fortalecimento da democracia, sem violações a direitos humanos.

Entre os modos de ação pelos quais o Estado brasileiro é responsável durante a ditadura militar e que merecem ser investigados por futuras pesquisas estão: a. incentivos fiscais, subsídios, concessões e projetos no sentido de privatizar terras em benefício de poucos, de modo a excluir camponeses e populações tradicionais; b. incentivos via SUDENE; c. recursos que favoreceram a privatização e grilagem de terras públicas, de modo a levar a violências contra trabalhadores rurais; d. regime cartorial de privatização da autoridade que definiu se uma terra era particular ou pública e quem era seu dono; e. políticas e programas públicos de expansão de fronteiras agrícolas que levaram a uma violência que tem como substrato a luta pela posse e acesso à terra.

Finalizando, foi possível notar que, no norte de Minas Gerais, a violência tida como virtuosa, praticada por militares, grandes fazendeiros e jagunços, foi recebida e vista pelas pessoas do campo como violência nua e crua, a qual ceifou a vida de entes queridos e que afetou o ser e viver enraizado no território chamado *lar*. Voltando à frase que figura em parte do título deste artigo, proferida por um entrevistado cujo tio trabalhou como chefe de batalhão durante a ditadura militar, fica evidente que entre os considerados vagabundos que o regime pegou estiveram aqueles posseiros, os quais eram tidos como

obstáculos a propósitos ditatoriais e indivíduos que se beneficiavam com o espírito da época que passou a reinar.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ALCÂNTARA, Denilson Moreira de; GERMANI, Guiomar Inez. A produção do espaço a partir da resistência. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2004, Goiânia. *Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia no século XXI*, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: UFAM, 2006.

ALVES, Luís Fernando de Souza. “*Posseiro bom é posseiro morto*”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

ALVES, Luís Fernando de Souza. *O começo do começo: cosmogonias do Antigo Oriente Próximo*. 2022. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2022.

ALVES, Luís Fernando de Souza; ATHAYDE, André Luiz Mendes; Ribeiro, Eduardo Magalhães. Avanços e desafios da abordagem territorial de programas de desenvolvimento econômico e social. In: COUTO, Felipe Fróes (Org.); CRUZ, Júnio Matheus da Silva (Org.); FARIAS JÚNIOR, Teddy Marques (Org.); SILVA, Vitória Dreide Xavier Araújo. *Caminhos do desenvolvimento*. Montes Claros: Unimontes, 2024. v. 1.

ALVES, Luís Fernando de Souza; ATHAYDE, André Luiz Mendes. Retratos e recortes montesclarenses: histórias da cidade no período da ditadura militar. *Revista Hydra*, v. 7, n. 13, p. 247-272, 2023.

ALVES, Luís Fernando de Souza; ATHAYDE, André Luiz Mendes; BICALHO, Lucas Matheus Araujo; COSTA, Daniely Santos Ramos. Dictatorship, Industry, and Colonel: Land Taking in the North of Minas Gerais, Brazil. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO, 2023, Montes Claros. Anais. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2023.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Brasil: violência autorizada nas áreas rurais*. Londres: Índice, 1988.

ARENDT, Hannah. *Eichmman em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

AUGUSTO, Rosely Carlos. *Aprender na prática: narrativas e histórias de lideranças camponesas, no sertão, norte de Minas, nas últimas três décadas*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011).

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERSTEIN, Serge; BECKER, Jean-Jacques. *Histoire de l'anticommunisme*. Paris: Olivier Orban, 1987.

BRASIL. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. *Comissão camponesa da verdade: relatório final. Violações de direitos no campo. 1946 – 1988*. Brasília: CNV, 2014.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise do poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. v. 10.

CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, Jeferson Martins de. “A violência virtuosa” e a construção do militar torturador no Brasil: um retrato sociológico. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, 2022.

CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no norte de Minas. *Revista Verde Grande: geografia e interdisciplinaridade*, v. 1, n. 3, p. 98-107, 2006.

CORREIA, Antônio Inácio; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; AYRES, Eduardo Charles Barbosa. *História da peleja do sindicato de trabalhadores rurais de Januária contra os*

“A ditadura pegava era só quem era vagabundo”: frutos do golpe de 1964 sobre camponeses...

grileiros e as grandes empresas. Minas Gerais: Projeto de Revitalização do Rio dos Cochos, 2010. Cartilha.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro (Org.). *Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas: considerações a partir das Ciências Sociais*. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

COVEMG. *Comissão da Verdade em Minas Gerais: relatório final*. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. v. 2.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Common: on revolution in the 21st century*. London: Bloomsbury, 2019.

DAYRELL, Carlos Alberto; CESAR, Fabiano Cordeiro; FERNANDES, Cristina Rodrigues; SANTOS, Lilian Maria. O sertão rebelde: impactos socioambientais da ditadura civil-militar no norte de Minas Gerais. In: VI CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. Campinas: Ícone, 1985.

DIAS, Cledinaldo Aparecido; SIQUEIRA, Marcos Vinicius Soares; FERREIRA, Leonardo Borges. Socio-clinical analysis of the work context and its relationship with the mental illness of military police officers in the Federal District. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 21, n. 1, p. 1-13, 2023.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. *Sociedade & natureza*, v. 33, n. 33, p. 59-77, 2005.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio Ferraro; BURSZTYN, Marcel. Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos fundos de pasto. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, p. 385-400, 2010.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.

FISKE, Alan Page; RAI, Tage Shakti. *Virtuous violence: hurting and killing to create, sustain, end, and honor social relationships*. Cambridge: Cambridge University, 2015.

GALIZONI, Flávia Maria. *A terra construída*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, 2000.

IBGE. *Censo agropecuário*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1033>. Acesso em: 24 maio 2023.

JENKINS, Emily; ALLISON, Penelope; INNES, Kim; VIOLANTI, John; ANDREW, Michael. Depressive symptoms among police officers: associations with personality and psychosocial factors. *Journal of police and criminal psychology*, v. 34, n. 1, p. 66-77, 2018.

LHUILIER, Dominique. Trabalho. *Psicologia & sociedade*, v. 25, n. 3, p. 483-492, 2013.

LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos Alberto. (Org.). *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros: CAA, 2000.

MARTINE, George (Org.); GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MG. *Geografia*. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/geografia>. Acesso em: 05 fev. 2024.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

MIRANDA, Bernardo. Saluzinho, o herói assustador que resistiu ao cerco militar. *O Tempo*, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/saluzinho-o-heroi-assusta-dor-que-resistiu-ao-cerco-militar-1.1554577>. Acesso em: 25 mar. 2022.

“A ditadura pegava era só quem era vagabundo”: frutos do golpe de 1964 sobre camponeses...

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. O poder disciplinar das organizações formais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 21, n. 4, p. 33-41, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene; CARDOSO, José Maria Alves; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org.). *Formação social e econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Unimontes, 2000.

OVEJERO BERNAL, Anastasio. *El aprendizaje cooperativo crítico: mucho más que una eficaz técnica pedagógica*. Madrid: Pirámide, 2018.

PEREIRA, Laurindo Mekie. Comunidade versus “desenvolvimento”: ensaio sobre a história do norte de Minas. In: ESTIVIL, Jordi; Balsa, Casimiro (Org.). *Economia local, comunitária e solidária: o desenvolvimento visto de baixo*. Famalicão: Húmus, 2022.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. O desenvolvimentismo autoritário de 1968 a 1980. In: BIELSCHOWSK, Ricardo; PRADO, Luiz Carlos Delorme; PAULANI, Leda; LACERDA, Antonio Corrêa de; POCHMANN, Márcio; BACELAR, Tania. *O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras*. Rio de Janeiro: Caixa Econômica Federal, 2011.

RAMOS, Guerreiro. A sociologia de Max Weber: sua importância para a teoria e a prática da administração. *Revista do Serviço Público*, v. 57, n. 2, p. 267-282, 2006.

RAZAC, Olivier. *Barbed wire: a political history*. New York: The New, 2002.

REIS, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). *História dos gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; CALIXTO, Juliana Sena; ASSIS, Thiago de Paula; AYRES, Eduardo Barbosa; SILVESTRE, Luiz Henrique. Gestão, uso e conservação de recursos naturais em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 7, n. 2, p. 77-99, 2005.

SANGLARD, Fernanda Nalon; CAMISASCA, Marina Mesquita. Os despejos de Cachoeirinha e a luta por terra no período da ditadura militar. *História Unisinos*, v. 24, n. 2, p. 325-333, 2020.

SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado de polícia*. Montes Claros: Silveira, 1996.

SOUZA, Jessé. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll, 2013.

STEDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional. 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SUCURSAIS BH/POA. Invasor de terras é cercado pela polícia. *O Estado de São Paulo*, 22 nov. 1967.

SUCURSAL BH. Resistência de invasor surpreende. *O Estado de São Paulo*, 24 nov. 1967.

SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.); SUZIGAN, Wilson (Org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec, 2002.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos; LIMA, Maryellen Milena de. A política do tempo no desastre: disputas pela reparação no reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 24, p. 1-22, 2022.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 2006.

ZANGELMI, Arnaldo José; QUELER, Jefferson José. “O latifúndio é o Diabo”: apontamentos sobre a inusitada trajetória de Saluzinho. *Tempo*, v. 27, n. 3, p. 606-628, 2021.

ŽIŽEK, S. Are we in a war? Do we have an enemy? *London Review of Books*, v. 24, n. 10, 2002.

Artigo recebido para publicação em 23/08/2024 e aprovado em 24/03/2025.